

**HABEAS CORPUS Nº 570.064 - PR (2020/0078057-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : RICARDO BALDAN  
**ADVOGADO** : RICARDO BALDAN - PR064711  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : HENRIQUE HOLANDA DA SILVA PAZINI (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE HOLANDA DA SILVA PAZINI em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O paciente teve a sua prisão preventiva decretada em 05/03/2020, sendo preso em 18/03/2020, por supostamente ter participado das condutas criminosas perpetradas por Darci Kunz, quando, em 01/11/2019, tentavam sacar o benefício do PIS de uma vítima em uma agência da CEF de Ponta Grossa/PR. No momento em que estava sendo verificada a autenticidade do documento apresentado por Darci, o paciente quebrou o vidro da agência a fim de chamar a atenção e permitisse a fuga de Darci, porém, sem sucesso.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, para que possa aguardar seu julgamento em liberdade, ainda que mediante medidas múltiplas do art. 319 do CPP, com dignidade e segurança, haja vista que apresenta quadro de saúde que merece atenção e, principalmente, visando retardar a disseminação do Coronavírus (COVID-19).

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

# Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente